



PROJEÇÃO DE INFLAÇÃO PARA 2024 CAI E DO PIB SOBE

O ANO mal começou e já tem boas notícias para a população. Caiu a estimativa do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para 2024. Passou de 3,87% para 3,86%. Já a previsão para a inflação de 2025 e 2026 continua em 3,50%, cada.

Enquanto isto, a mediana das projeções para a evolução o PIB (Produto Interno Bruto) subiu de 1,59% para 1,60% neste ano. A projeção para foi mantida em 2,0% pela sexta semana seguida e a de 2026 está em 2,0% há 24 semanas consecutivas.

As projeções para a taxa básica de juros, a Selic, não sofreram alterações, sendo que para este ano ficou em 9%. Segundo analistas, a estimativa para 2025 foi mantida em 8,50% e a projeção para 2026 permanece nos mesmos 8,50% há 24 semanas seguidas. A de 2027 também ficou em 8,50%.

NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL TEM TUDO PARA ACELERAR O CRESCIMENTO DO PAÍS

A retomada do crescimento nacional de forma efetiva, com geração plena de emprego e renda, requer uma política industrial ambiciosa, pois precisa ir muito além da modernização. É fundamental abranger setores mais avançados tecnologicamente e, ao mesmo tempo, alinhar-se com desenvolvimento sustentável, para reduzir os impactos da grave crise climática e social.

É com essa lógica que o governo Lula acaba de lançar o programa Nova Indústria Brasil. Como sempre, criticado pela mídia corporativa, o projeto é visto com bons olhos pelo setor industrial. O planejamento é de longo prazo, com intenção de estimular o crescimento até 2033.



Embora ainda não dê para prever a geração de emprego, a expectativa é grande. Os trabalhadores devem começar a sentir os efeitos positivos. Até 2026, o governo deve liberar R\$ 300 bilhões para financiamentos designados à nova política industrial. Parte do recurso (R\$ 194 bilhões) será redirecionada de diversas fontes para

dar suporte ao programa e outros R\$ 106 bilhões anunciados na reunião do CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial).

Entre os eixos do programa estão mais produtividade, inovação e digitalização, mais verde e mais exportação. Um estímulo ao setor produtivo que deve atrair novos investimentos ao país.

FALSO EMPREENDEDORISMO. A ILUSÃO QUE PRECARIZA

Foto Divulgação



Em um cenário onde a busca por eficiência é cada vez mais intensa, o falso empreendedorismo surge como armadilha que ilude o cidadão e retira direitos trabalhistas fundamentais.

Com isto, tornou-se um mantra entoar frases como: Seja seu chefe!, Faça seu próprio horário!, Alcance seu primeiro milhão. Mas, na verdade, é porta de entrada para a precarização, onde o lucro se sobrepõe à dignidade e à segurança

do trabalhador.

O aumento expressivo dos MEIs (Microempreendedores Individuais) no Brasil, apesar de inicialmente bem-sucedido, revela mais uma face do grande capital em destruir a vida do trabalhador, com 9 milhões de registros que não representam microempreendedores genuínos, mas vítimas da "pejotização".

Empresas, visando contornar a legislação e reduzir custos, contratam profissionais como MEIs, privando-os de direitos essenciais, como férias e 13º salário. Embora desempenhem funções cruciais, os trabalhadores são privados da qualidade de vida proporcionada pelo "trabalho decente", conforme definido pela OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A ilusão de ser empreendedor mascara a realidade precária desses profissionais, que contribuem para o sucesso das empresas sem desfrutar dos benefícios básicos.



Faixa de isenção do IR vai ser revisada

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que o governo realizará nova revisão na faixa de isenção do IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física) em 2024. A decisão é motivada pelo aumento do salário mínimo, exigindo ajustes.

Em maio do ano passado, uma Medida Provisória elevou a isenção, mas com o novo salário, de R\$ 1.412,00, as pessoas que ganham até dois mínimos, agora equivalentes a R\$ 2.824,00 podem ser tributadas.

Além disso, a reforma tributária sobre impostos de consumo, promulgada em dezembro de 2023, prevê mudanças na taxa sobre a renda, com propostas a serem enviadas ao Congresso Nacional em 90 dias.

Haddad destacou a necessidade de reduzir a carga tributária sobre o consumo, priorizando ajustes que beneficiem a população de baixa renda. A regulamentação da reforma tributária, incluindo itens da cesta básica e o "cashback", também será debatida neste ano.